

NÃO CLASSIFICADO

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR – MARINHA
2008/2009



BREVE ESTUDO

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA.

Os Estados Unidos e os Direitos Humanos.
A nova Administração e as alterações da política nesse âmbito.

JOÃO MIGUEL GUERREIRO PATRÍCIO
PRIMEIRO-TENENTE EN-AEL

NÃO CLASSIFICADO

NÃO CLASSIFICADO



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**Os Estados Unidos e os Direitos Humanos.
A nova Administração e as alterações da política nesse âmbito.**

1TEN EN-AEL João Miguel Guerreiro Patrício

Trabalho de Investigação Individual / CPOS - Marinha

IESM, 2009

NÃO CLASSIFICADO



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

Os Estados Unidos e os Direitos Humanos. A nova Administração e as alterações da política nesse âmbito.

1TEN EN-AEL João Miguel Guerreiro Patrício

Trabalho de Investigação Individual / CPOS – Marinha

Orientador:

Capitão-de-Fragata M Santos Madeira

IESM, 2009

AGRADECIMENTOS

Ao Capitão-de-Fragata Santos Madeira, Orientador do Breve Estudo, pelos conselhos e disponibilidade demonstrada durante o decorrer do desenvolvimento do presente estudo.

Quero agradecer aos meus camaradas do Curso de Promoção a Oficial Superior com quem tive a oportunidade de conviver, em especial aos que me deram pistas e ajudaram, ao longo dos últimos meses, a clarificar algumas questões relacionadas com a investigação.

Por último, gostaria de endereçar os meus agradecimentos à minha família que se viu privada de muitos momentos da minha presença, pela compreensão que demonstraram e pelo apoio transmitido.

Uma dedicatória muito especial a todos os prisioneiros de Guantánamo que foram libertados, regressando às suas origens para enfrentar os preconceitos locais muitas vezes criados pelos erros das autoridades americanas e a todos aqueles que, em todo o mundo, sofrem abusos e tortura, em clara violação dos direitos humanos e da sua própria dignidade.

ÍNDICE

RESUMO	iii
ABSTRACT.....	iv
PALAVRAS-CHAVE	v
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
2. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES.....	3
3. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL	4
4. A ADMINISTRAÇÃO BUSH.....	7
a. Prisão de Guantánamo	8
b. Comissões fraudulentas	9
c. Prisão de Abu Ghraib	11
d. O presidente cessante.....	13
5. A ERA OBAMA.....	14
a. Os primeiros passos	14
b. O primeiro grande teste.....	16
6. CONCLUSÕES.....	17
BIBLIOGRAFIA	20
 ANEXO A – Cronologia de acontecimentos relevantes	 A-1
ANEXO B – Uma breve história de Guantánamo	B-1

RESUMO

Com a nomeação de Barack Obama para a presidência dos Estados Unidos da América, o tema dos direitos humanos voltou a estar na agenda interna e internacional.

O objectivo deste breve estudo é analisar se estaremos perante uma nova era da política americana relativamente aos direitos humanos, numa clara ruptura com o passado.

Inicialmente, será referenciado o Tribunal Penal Internacional e a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes como enquadramento sobre os direitos humanos.

Será analisada a administração Bush, nomeadamente a particularidade da prisão militar de Guantánamo e Abu Ghraib, os erros cometidos, as injustiças praticadas e as ilegalidades cometidas.

Rápido a cumprir promessas e no sentido de restaurar a imagem do país no exterior, Barack Obama suspendeu os processos judiciais em curso contra os prisioneiros detidos em Guantánamo, iniciou o processo para fechar a prisão até início de 2010 e proibiu a utilização da tortura nos interrogatórios.

No entanto, Obama terá de demonstrar de forma mais profunda a sua política, nomeadamente, o reconhecimento do TPI e iniciar processos judiciais para julgar os culpados das ilegalidades, atrocidades e injustiças cometidas no passado recente.

ABSTRACT

With the nomination of Barack Obama for the presidency of the United States, the issue of human rights once again is in the domestic and international agenda.

The purpose of this Study is examining whether it will be a new era of American policy on human rights, a clear break with the past.

Initially, it will be referenced in the International Criminal Court and the Convention against Torture and other Treatment or Cruel, Inhuman or Degrading as a framework on human rights.

Analyzes the Bush administration will be made, including the peculiarity of the Guantanamo and Abu Ghraib military prisons, the mistakes, the injustices and illegalities performed.

Quick and to fulfill promises to restore the country's image abroad, Barack Obama suspended the proceedings under way against detainees held at Guantánamo Bay, has started the process to close the prison until early 2010 and prohibited the use of torture in interrogations .

However, Obama will have to evidence a more profound its policy, namely, recognition of the International Criminal Court and start proceedings to prosecute those guilty of unlawful acts, atrocities and injustices committed in the recent past.

PALAVRAS-CHAVE

- Abu Ghraib
- Barack Obama
- Comissões militares
- Direitos Humanos
- Estados Unidos da América
- George W. Bush
- Iraque
- Organização das Nações Unidas
- Guantánamo
- Prisão
- Prisioneiro
- Saddam Hussein
- Terrorismo
- Tortura
- Tribunal Penal Internacional

LISTA DE ABREVIATURAS

ARB	– Annual Review Board
CCT	– Comité Contra a Tortura
CIA	– Central Intelligence Agency
CSRT	– Combatant Status Review Tribunal
DUDH	– Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	– Estados Unidos da América
MI5	– Military Intelligence, Section 5
ONG	– Organização Não Governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
TPI	– Tribunal Penal Internacional
EU	– União Europeia
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

1. INTRODUÇÃO

“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

Art. 1º, Declaração Universal dos Direitos Humanos

Abalados pela barbárie da 2ª Guerra Mundial e desejosos de construir um mundo sob novos alicerces ideológicos, os dirigentes das nações que emergiram como potências no período pós-guerra, liderados por URSS e Estados Unidos estabeleceram na Conferência de Yalta, na Inglaterra, em 1945, as bases de uma futura “paz” definindo áreas de influência das potências e acertado a criação de uma Organização multilateral que promova negociações sobre conflitos internacionais, com o objectivo de evitar guerras e promover a paz e a democracia e fortalecer os Direitos Humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) foi adoptada e proclamada pela Resolução 217A(III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. Embora não seja um documento que representa obrigatoriedade legal, serviu como base para os dois tratados sobre direitos humanos da ONU, de força legal, o Tratado Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, e o Tratado Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

A Assembleia Geral proclama a Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objectivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adopção de medidas progressivas de carácter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efectiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Com os atentados de 11 de Setembro de 2001, que fizeram quase 3000 mortos, a marcarem o início do mandato de George W. Bush, a luta contra o terrorismo e a intervenção militar contra o regime de Saddam Hussein tornaram-se prioridades do presidente dos EUA. Em Junho de 2002, no seu discurso em West Point¹, o presidente Bush declarou:

¹ Academia Militar dos EUA

We must take the battle to the enemy, disrupt his plans, and confront the worst threats before they emerge.

Em seu nome, iniciou duas guerras e deteve suspeitos em Guantánamo sem direito a julgamento. Uma pesada herança com o qual Barack Obama vai ter de lidar.

Durante as primárias e na campanha presidencial, Barack Obama gerou um raro consenso e elevadas expectativas. Prometeu fechar Guantánamo, a admissão de tortura tornou-se causa nacional, reconhecendo assim que a prisão é um dos símbolos mais forte do desrespeito pelos direitos humanos (BBC - *60 minutes*, 2008)².

Assim, este breve Estudo tem como objectivo principal responder à seguinte questão:

- *Estaremos perante uma nova era da política americana relativamente aos direitos humanos?*

A partir da questão central anteriormente apresentada, resultam duas questões derivadas a responder:

- a. Que medidas irão operacionalizar esta política?*
- b. Irá a administração Bush ser responsabilizada criminalmente, quer a nível interno e/ou a nível internacional, pelos actos de tortura cometidos em Guantánamo ou Abu Ghraib?*

Assim, para responder a estas questões, será efectuado um enquadramento inicial do Tribunal Penal Internacional, da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e será analisada a particularidade da Prisão de Abu Ghraib, conhecida mundialmente depois de divulgadas imagens de prisioneiros a serem humilhados e a sofrerem várias formas de tortura física e psicológica, e a Prisão Militar de Guantánamo e toda a sua envolvente, símbolo do combate contra o terrorismo mas também encarado pela comunidade internacional como símbolo de abusos, torturas e desrespeito pelos direitos humanos.

Serão comentados os acontecimentos relevantes durante a Administração Bush e as políticas de mudança anunciadas pelo recém-nomeado Presidente Barack Obama.

Servirá como base deste estudo a extensa bibliografia existente sobre o tema, os diversos relatórios de Organizações Não Governamentais (ONG) sobre os direitos humanos e também o acompanhamento, pelos vários meios de comunicação social, da política de Barack Obama.

² Entrevista a Barack Obama ao programa *60 minutos* da BBC, em 4 de Novembro de 2008

2. CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES³

“Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.”

Art. 5º, Declaração Universal dos Direitos Humanos

A erradicação da prática da tortura no mundo constitui um dos principais objectivos que as Nações Unidas se propuseram prosseguir, desde a sua fundação. Com esta finalidade, foram estabelecidos diversos princípios de aplicação universal, os quais viriam a ser transpostos para diferentes Convenções e Declarações Universais. A Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (adiante designada por Convenção) representou um esforço de codificação e uniformização de todas essas normas e princípios, até então dispersos por vários instrumentos de Direito Internacional.

A Convenção define “Tortura” do seguinte modo:

Qualquer acto por meio do qual uma dor ou sentimentos agudos, físicos ou mentais, são intencionalmente causados a uma pessoa com os fins de, nomeadamente, obter dela ou de uma terceira pessoa informações ou confissões, a punir por um acto que ela ou uma terceira pessoa cometeu ou se suspeita que tenha cometido, intimidar essa ou uma terceira pessoa (...)⁴

Os EUA ratificaram a referida Convenção em 21 de Outubro de 1994 e, portanto, de acordo com o Artº. 20º reconhecem a competência do Comité Contra a Tortura (CCT) para a instauração de inquéritos e poderes de investigação, caso receba informações idóneas que pareçam conter indicações bem fundadas de que a tortura é sistematicamente praticada no território de um Estado Parte⁵.

Ao abrigo do artº. 21º da Convenção, os EUA reconhecem competência da CCT para a apreciação de queixas interestaduais, ou seja, uma queixa interestadual só será

³ Adoptada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1984 e entrada em vigor a 26 de Junho de 1987. Até 31 de Janeiro de 2001, a Convenção tinha 123 países. Onze outros Estados haviam já procedido à respectiva assinatura, sem que no entanto tivesse havido a respectiva ratificação. No âmbito dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), são partes na Convenção, para além de Portugal, o Brasil (desde 28 de Setembro de 1989), Cabo Verde (desde 4 de Junho de 1992) e Moçambique (desde 14 de Setembro de 1999). A Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe são apenas signatários.

⁴ De acordo com o Art.1º - Parte I da referida Convenção.

⁵ Estado Parte – Todo o Estado que participa num processo, que celebra um acordo, um tratado ou outra forma de contrato.

considerada caso o Estado que a apresente haja, no que lhe diz respeito, reconhecido a competência do Comité para efeitos do art. 21º.

O Artº. 22º atribui ao CCT competência para apreciar queixas apresentadas por particulares, desde que estes estejam sujeitos à jurisdição de um Estado que haja reconhecido a competência do Comité nesta matéria. Este mecanismo constitui um importante passo no sentido da protecção jurídica do indivíduo, a nível internacional. Ao reconhecer a competência do Comité para a análise de queixas apresentadas por particulares, os Estados conferem aos indivíduos a qualidade de sujeitos de direito internacional, a par de outros Estados e organizações internacionais. No entanto, os EUA formularam o direito de reserva em relação ao artº. 22º da Convenção, ou seja, não reconhecem competência do CCT nesta matéria (Gabinete de Documentação e Direito Comparado – Comité Contra a Tortura).

O enviado especial contra a tortura das Nações Unidas, Manfred Nowak, veio afirmar no dia 24 de Abril de 2009, que os EUA são obrigados, uma vez que ratificaram a Convenção, a julgar funcionários do Departamento de Justiça que escreveram os memorandos defendendo o uso de técnicas de interrogatório de forma a justificá-las e legitimá-las, e que, asseguraram que o uso de tais métodos questionáveis eram legais e que reflectiam a política do governo.

O presidente Barack Obama deixou as portas abertas, no entanto, salientou que os agentes que participaram nos interrogatórios e utilizaram como base os conselhos legais do governo não serão processados, no entanto, ainda existe a possibilidade dos funcionários do governo Bush que tenham colocado em prática os polémicos métodos e interrogatório sejam processados (Estadão, 2009)⁶.

3. TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

“A sociedade deveria ser julgada pelo modo como trata aqueles que são acusados dos piores crimes”

Dostoievsky

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas cogitaram várias vezes a ideia de estabelecer um tribunal penal internacional permanente. Em 1993 e 1994 instituíram dois tribunais especiais para punir as graves violações do direito internacional

⁶ Versão online, www.estadão.com.br, acedido em 24 de Abril de 2009.

humanitário ocorridas na ex- Jugoslávia e no Ruanda, respectivamente. Em 1994 iniciou uma série de negociações para estabelecer um tribunal penal internacional permanente que tivesse competência sobre os crimes mais graves para a comunidade internacional, independente do lugar em que foram cometidos (Comité Internacional da Cruz Vermelha).

Essas negociações culminaram com a aprovação, em 17 de Julho de 1998, em Roma, do estatuto do Tribunal Penal Internacional (TPI), com o voto de 120 nações a favor, 7 contra e 21 abstenções. O Estatuto de Roma entrou em vigor em 1 de Julho de 2002, quando superou as 60 ratificações necessárias (Comité Internacional da Cruz Vermelha).

Casos recentes foram factores que têm fortalecido e mobilizado a opinião da sociedade civil em favor do TPI. O julgamento de Pinochet, a detenção do ex-líder da Jugoslávia Slobodan Milosevic, a prisão do líder sérvio-bósnio Radovan Karadzic e a indefinição sobre quem era o responsável pelo julgamento de Saddam Hussein são exemplos da necessidade da existência de um tribunal penal supranacional.

No caso do Iraque, foi criado um Tribunal Especial Iraquiano, organizado pelo governo dos EUA, para julgar cidadãos nacionais e residentes no país acusados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e violações à lei iraquiana, cometidos entre 1968 e 2003.⁷

Desde a criação do TPI, o governo dos EUA recusa-se decididamente a ratificar o Estatuto de Roma. Washington efectuou acordos bilaterais com diversos países, para que não entreguem cidadãos americanos ao TPI. Utilizaram a pressão económica e militar para convencer esses países: por exemplo, a nação que quer apoio económico ou militar dos EUA ou tem um tratado de livre comércio deve comprometer-se a não entregar ao TPI nenhum cidadão americano (Bob van den Bos, 2002: 1)⁸.

Além de querer garantir a imunidade dos seus cidadãos, nomeadamente, comandantes militares e outros funcionários em actividade no exterior eventualmente denunciados por crimes passíveis de julgamento pelo TPI, os EUA optaram por caracterizar a sua postura em relação à intervenção no Iraque como parte de uma doutrina

⁷ De acordo com a Lei nº 10/2005, publicada no Diário Oficial da República do Iraque, de 18 de Outubro de 2005.

⁸ Resolução do Parlamento Europeu sobre o TPI: P5_TA-PROV(2002) 0449 - Relatório Bob van den Bos: B5-0518/2002, de 25 de Setembro de 2002.

de guerra preemptiva⁹, apoiando-se no argumento que, frente a uma era de terrorismo, as regras do jogo devem ser interpretadas de forma a responder aos novos tipos de ameaça:

There is no question but that the United States has every right, as every country does, of self-defense, and the problem with terrorism is that there is no way to defend against the terrorists at every place and every time against every conceivable technique. Therefore, the only way to deal with the terrorist network is to take the battle to them. That is in fact what we're doing. That is in effect self-defense of a preemptive nature.¹⁰

Os EUA tomaram uma atitude preventiva que foi mascarada como sendo preemptiva, pois existem circunstâncias em que a guerra preemptiva pode ser justificada, obedecendo aos limites do *jus in bello*¹¹ e da teoria da guerra justa. Já as guerras preventivas¹² são injustas e imprudentes, porque assumem um perfeito conhecimento sobre as más intenções do adversário, no momento em que tal presunção de culpa ainda é imatura e sem base.

Em 18 de Março de 2003, a Comissão Internacional de Juristas, órgão consultivo das Nações Unidas, advertiu contra um ataque ao Iraque sem o aval das Nações Unidas: “Este ataque seria ilícito e constituiria uma guerra de agressão (...) Não existe qualquer base jurídica para uma intervenção dessa natureza.”

Ou seja, a guerra do Iraque, que se qualificaria como uma medida preventiva unilateral dos EUA, seria ilícita, mas, de facto, o que se pode afirmar é que esta guerra não teve base jurídica e não foi aprovada como legalmente legítima.

Complementando esta linha de actuação dos EUA, foi a recusa de entregar Saddam Hussein, capturado no dia 15 de Dezembro de 2003, a um tribunal internacional. Os motivos podem ser vários: o medo de que o ex-ditador iraquiano revelasse segredos do apoio que, no passado, os EUA deram ao seu regime; o medo que, num tribunal imparcial, os EUA acabassem incriminados por crimes de guerra.

⁹ Acção com base na prova, isto é, ameaça explícita, iminente e reconhecida de que um inimigo está prestes a atacar.

¹⁰ Donald Rumsfeld à saída do estúdio de televisão ABC, 28 de Outubro de 2001

¹¹ Segundo Francisco Rezek (2005), *Jus in bello* é um nome latino que refere-se ao direito da guerra, ao conjunto de normas, primeiro costumeiras, depois convencionais que floresceram no domínio das gentes quando a guerra era uma opção lícita para resolver conflitos entre Estados.

¹² Envolve operações militares efectuadas para evitar um risco futuro plausível, porém hipotético, como os riscos de um desequilíbrio de poder inaceitável, uma submissão potencial, ou uma situação de vulnerabilidade crescente. McMahan, Jeff – *Ética e o uso de violência na guerra*. <http://www.filedu.com/jmcmahanguerraepaz.html>, acedido em 20 de Março de 2009.

Relativamente ao TPI, os EUA mantêm a mesma posição de não ratificar o Estatuto de Roma pois consideram que a prática internacional deve incentivar a responsabilização a nível nacional e encorajar os países a empenhar-se numa justiça credível no seio das suas próprias instituições, de acordo com as suas responsabilidades enquanto nações soberanas. Dado que a justiça e a administração da mesma são uma pedra basilar de qualquer democracia, a procura de responsabilidade por crimes de guerra, em moldes definidos por um estado soberano que respeite os princípios do estado de direito, deve de todas as formas ser encorajada e promovida.¹³

4. A ADMINISTRAÇÃO BUSH

“A única certeza que tenho é a de estarmos a lidar com homens maus...”¹⁴

George W. Bush, 2003

Os estados Unidos sofreram, no dia 11 de Setembro de 2001, o seu primeiro ataque terrorista grave, perpetrado por estrangeiros, que fez desabar as Torres Gémeas e matou cerca de 3000 pessoas. O mundo exigiu que aqueles que tinham planeado o horror no World Trade Center fossem levados à justiça. Nada, e todos estavam de acordo nisto, justificava este crime contra milhares de pessoas inocentes. Nunca mais o mundo foi o mesmo!

Foi quando a Casa Branca surgiu com uma receita para lidar com os terroristas: uma vez que havia uma guerra a decorrer, os prisioneiros poderiam ser mantidos até ao final das hostilidades (no caso da guerra contra o terrorismo, uma data que poderá nunca chegar); uma vez que os prisioneiros não tinham cumprido com as regras da guerra, seriam considerados “combatentes inimigos ilegais”¹⁵ e ser-lhes-ia negado os seus direitos ao abrigo da Convenção de Genebra (Smith, 2008: 326).

¹³ John N. Palmer, Embaixador dos EUA em Portugal, in Diário de Notícias, 31 de Agosto de 2002

¹⁴ Frase proferida por George W. Bush, em relação aos prisioneiros de Guantánamo, numa conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro Tony Blair, a 17 de Julho de 2003.

¹⁵ “(i) a person who has engaged in hostilities or who has purposefully and materially supported hostilities against the United States or its co-belligerents who is not a lawful enemy combatant (including a person who is part of the Taliban, al Qaeda, or associated forces); or (ii) a person who, before, on, or after the date of the enactment of the Military Commissions Act of 2006, has been determined to be an unlawful enemy combatant by a Combatant Status Review Tribunal or another competent tribunal established under the authority of the President or the Secretary of Defense”. Extrato da lei S.3830, de 17 de Outubro de 2006, que cria as Comissões Militares.

Depois a Casa Branca só teria simplesmente de encontrar um enclave fora dos EUA e que não fosse tecnicamente solo americano e manter os prisioneiros incomunicáveis.

A Baía de Guantánamo adequava-se, claramente, a este papel, como uma base naval altamente controlada, rodeada por três lados pelo mar e por um quarto por um campo minado.

A denominada “guerra contra o terror”, no que diz respeito aos seus excessos, deu origem a uma grave e perigosa erosão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.¹⁶

a. Prisão de Guantánamo

“A Honra Obriga a Defender a Liberdade.”

Lema militar de Guantánamo

Quatro meses depois do ataque às Torres Gêmeas, o Presidente Bush anunciou ter planos para a Baía de Guantánamo. Os três mais influentes conselheiros de Bush, o vice-presidente Dick Cheney, o secretário de defesa Donald Rumsfeld e o antigo adjunto de Rumsfeld – Paul Wolfowitz eram inabaláveis na sua ideia de que Guantánamo e o arquipélago de prisões secretas serviam um propósito crucial. O trio acreditava firmemente que os cidadãos estrangeiros detidos em solo “estrangeiro”, em Cuba, não possuem quaisquer direitos legais obrigatórios, portanto, não havia necessidade de advogados (Smith, 2008: 357).

No dia 21 de Janeiro de 2002 são levados os primeiros prisioneiros do Afeganistão para Guantánamo. São presos em jaulas abertas numa área chamada Camp X-Ray (que é encerrado no final de Abril de 2002). É inaugurado o Camp Delta no mesmo mês. As primeiras instalações de segurança máxima (Camp Five) são finalizadas na Baía de Guantánamo em Maio de 2004, albergando até cerca de 100 prisioneiros.¹⁷

Bush adoptou leis mais duras como a Lei das Comissões Militares, a redução de liberdades civis e o encarceramento de suspeitos sem julgamento. De salientar que o Pentágono aprovou a privação do sono, exposição ao calor e ao frio, luz intensa e música alta durante os interrogatórios em Guantánamo (Human Rights Watch world report 2008).

No início do ano de 2006, a chanceler alemã, Angela Merkel, critica a detenção de prisioneiros em Guantánamo e o relatório das Nações Unidas condena Guantánamo,

¹⁶ Kofi Annan, no seu discurso de abertura da 59ª Assembleia Geral da ONU em 21 de Setembro de 2004.

¹⁷ <http://www.globalsecurity.org/military/facility/guantanamo-bay>, acedido em 11 de Março de 2009.

declarando que as suas condições se assemelham à tortura e o Primeiro-Ministro Tony Blair lança a sua mais firme condenação a Guantánamo, sugerindo que é "uma anomalia e mais tarde ou mais cedo tem de se lidar com isso".¹⁸

Em 27 de Junho de 2006, quando alguns prisioneiros tinham sido detidos durante quatro anos e meio sem acusações, uma sondagem do Washington Post mostrava que 57% dos americanos apoiavam o uso de Guantánamo para deter os “terroristas suspeitos”, com somente 37% contra. Ainda mais, 67% acreditava que o governo estava a proteger os direitos dos prisioneiros. Uma pequena maioria, 51%, sentia que a base de Guantánamo tinha tornado a América mais segura; o resto não a condenava necessariamente, duvidavam meramente de que contribuísse muito para a segurança (Smith, 2008: 356).

No verão de 2006 a proporção de europeus que achavam os Estados Unidos líderes em direitos humanos tinham reduzido para metade desde 2001. Nos países muçulmanos onde muitas pessoas tinham anteriormente admirado os Estados Unidos, a situação tornou-se ainda pior – uma pesquisa incluindo o Egipto, o Paquistão, a Jordânia e a Turquia constatou que, agora, mais de dois terços de cada país tinha uma opinião negativa acerca da América (Smith, 2008:365-366).

A administração Bush alegou o combate ao terrorismo e a garantia da segurança do povo americano para tomar medidas consideradas ilegais e acções de tortura que, inequivocamente, são contra os direitos daqueles que as sofreram. Espera-se, então, que os Estados Unidos deixem de ter dois pesos e duas medidas e iniciem os procedimentos necessários para julgar os funcionários desta administração responsáveis por todos estes actos.

b. Comissões fraudulentas

“Quando se trata de aniquilar o inimigo, podemos bem passar sem julgamentos.”

Andrei Vyshinsky¹⁹, Moscovo, 1938

Só passados quase quatro anos é que qualquer um dos prisioneiros de Guantánamo foi indiciado por um crime e apenas dez homens iriam enfrentar uma comissão militar.

Na realidade, o processo envolvendo a comissão era uma farsa desde o início. Um prisioneiro podia ficar detido por tempo indeterminado e sem julgamento. Mesmo que

¹⁸ Encontro entre o primeiro-ministro britânico Tony Blair e a chanceler alemã Angela Merkel. Berlim, 17 de Fevereiro de 2006.

¹⁹ Procurador-Geral de Estaline

tivesse um julgamento militar, e por milagre, fosse absolvido, segundo as regras podia ainda assim ficar detido indefinidamente (Smith, 2009: 134-135).

Numa conferência de imprensa realizada a 21 de Março de 2002, William Haynes, um dos advogados da administração Bush pôs tudo a pratos limpos. Perante a pergunta de um jornalista: “Se os prisioneiros não forem condenados há uma hipótese de não serem libertados?”

Haynes respondeu: “Estamos a falar de questões meramente hipotéticas. Se houvesse um julgamento neste instante, é possível que alguém fosse julgado e absolvido nessa matéria, mas que não fosse automaticamente libertado. As pessoas que temos sob custódia, por exemplo, na Baía de Guantánamo, em Cuba, são combatentes inimigos que capturámos no campo de batalha, tentando lesar soldados americanos ou aliados, e são pessoas perigosas. De momento, não vamos libertar nenhum deles, a menos que descubramos que não se enquadram nesses critérios”(Smith, 2008: 134)

Apesar de uma selecção criteriosa, três dos advogados de acusação tinham preferido demitir-se a fazerem parte de um processo para o qual não tinham condições para exercer as suas funções como advogados. Os primeiros a fazê-lo foram o Capitão John Carr e o Major Robert Preston, ambos elementos da Força Aérea. Numa carta que o Capitão Carr escreveu ao seu superior, queixava-se que a opinião pública estava a ser enganada e levada a pensar que os prisioneiros eram mais culpados do que a realidade demonstrava. Escreveu que lhe estava a ser pedido que participasse num “esforço incipiente e desorganizado para formar um grupo mínimo de advogados relativamente inexperientes que acusassem arguidos pouco relevantes num processo que parecia estar falseado” (Smith, 2008:134-135).

Carr revelou também que algumas informações que podiam ajudar um prisioneiro a provar a sua inocência estavam a ser ocultadas da defesa em documentos sonegados pela CIA por “motivos de segurança”. Por outras palavras, qualquer facto que pudesse ajudar a defesa estava a ser enterrado. O seu colega, o Major Preston, escreveu igualmente que não podia, em consciência, redigir uma moção legal afirmando que os procedimentos seriam “justos e imparciais” quando sabia ser mentira. Escreveu ainda que os julgamentos representavam “uma grave ameaça à reputação da justiça militar e até uma fraude cometida contra o povo americano” (Smith, 2008: 135).

Pouco depois destes comunicados virem a público, surgiu um terceiro pedido de demissão, desta feita da Capitã da Força Aérea Carrie Wolf. Também ela escreveu que não

podia continuar a cumprir a sua missão “por preocupações de que não estivesse a ser feita justiça” (Smith, 2009:135).

Em Agosto de 2004 o Supremo Tribunal interveio e insistiu que todos os prisioneiros tivessem acesso a um tribunal. Os militares criaram dois novos corpos, os Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente (CSRT) e as Comissões de Revisão Anual (ARB).

Não se trata das comissões militares denunciadas pelo magistrado britânico, Lorde Johan Steyn, como “tribunais fantoche”. Os CSRT são sucedâneos das comissões. Este tribunal permite avaliar se um prisioneiro é um “combatente inimigo”. O tema é fortemente criticado por usar provas secretas, baseando-se em provas extraídas através de tortura.

Um júri de três oficiais militares faz o papel de juiz e de júri; o prisioneiro não tem direito a advogado, só a um “representante pessoal” por parte dos militares que relata tudo o que o prisioneiro diz aos seus superiores; o prisioneiro não pode saber qual é a prova confidencial que têm contra ele.

A justificação para manter os prisioneiros consistia em extrair as informações secretas e evitar com que se cometessem crimes no futuro. O Exército possui um argumento que anuncia sem receio de contradição: enquanto eles estão presos em Guantánamo, nenhum dos prisioneiros lançará um ataque violento em território americano (Smith, 2008: 63).

No entanto, várias histórias ilustram que a maioria dos prisioneiros nunca planeou qualquer acção desse tipo. Por exemplo, Yusuf el Gharani não era o membro de vinte anos da célula londrina da al-Qaeda em 1998 – ele tinha onze anos, e nunca tinha saído da Arábia Saudita. Ahmed Errachidi não era “O General” da al-Qaeda no Afeganistão em Julho de 2001 – ele era um cozinheiro no Westbury Hotel em Londres.

No final de Junho de 2006, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu que as comissões militares eram ilegais (Smith, 2008: 181).

c. Prisão de Abu Ghraib

"O remorso é uma impotência, ele voltará a cometer o mesmo pecado.

Apenas o arrependimento é uma força que põe termo a tudo."

Honoré de Balzac²⁰

²⁰ Romancista Francês (1799 – 1850)

A prisão de Abu Ghraib é um complexo penitenciário com uma área de 1,15 km², situado em Abu Ghraib, cidade iraquiana a 32 Km a oeste de Bagdade. Foi construída pelos britânicos quando o Iraque ainda era uma colônia da Grã-Bretanha.

A prisão foi local de torturas em diferentes momentos. Já no governo de Saddam Hussein foi lugar de tortura e execução de milhares de prisioneiros políticos, mencionada algumas vezes pela imprensa ocidental como *Centro de Tortura de Saddam*.

Abu Ghraib ganhou o nome de *Baghdad Central Confinement Facility (BCCF)* ou *Baghdad Central Correctional Facility*, depois que as forças norte-americanas depuseram o governo iraquiano. Em Maio de 2004 a prisão recebeu o nome de *Camp Redemption*.

A invasão do Iraque pelos Estados Unidos ficou marcada no início de 2004 por notícias de torturas infligidas aos prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib em Bagdade, por parte de tropas norte-americanas. A opinião pública mundial ficou chocada quando foram divulgadas fotos de prisioneiros a serem humilhados e a sofrerem várias formas de tortura física e psicológica, escândalo que conduziu à condenação de 11 soldados a penas que vão até aos dez anos de prisão.

As fotos divulgadas mostravam desde cães utilizados para aterrorizar os prisioneiros, mulheres obrigadas a despirem-se em frente aos guardas e grupos de presos obrigados a posar nus e a práticas sexuais em grupo. Há documentos que registam: guardas a urinar nos presos, guardas a sodomizar detidos com bastões e iraquianos amarrados com cordas a serem arrastados pelo chão (Danner, 2004: 9-11).

Os documentos incluem também declarações de quatro dos sete reservistas da Polícia Militar americana que foram indiciados depois da divulgação do escândalo de abusos em Abu Ghaib: Sabrina Harman, Jeremy Sivits, Javal Davis e Lynndie England.

Militares americanos que maltrataram prisioneiros iraquianos na prisão de Abu Ghraib, nem sempre estavam "preparando" os presos para interrogatórios, mas punindo os detidos ou simplesmente divertindo-se, afirmou em 22 de Maio de 2004 o jornal "The Washington Post", citando documentos secretos.

O jornal divulgou uma série de fotografias, vídeos e documentos sobre torturas físicas e psicológicas sofridas por prisioneiros iraquianos nas mãos de militares americanos na prisão de Abu Ghraib, prejudicando seriamente a reputação dos Estados Unidos em todo o mundo mas especialmente no mundo árabe (White, 2004: A01), considerado por muitos, um dos mais negros episódios da invasão norte-americana, e permitiu ajudar o público a entender a amplitude e a escala dos abusos contra os prisioneiros.

De forma a refazer a reputação dos EUA perante a comunidade internacional e punir os responsáveis pelas acções abusivas ocorridas em Abu Ghraib, os EUA puniram disciplinar e criminalmente alguns militares e agiram disciplinarmente contra alguns oficiais gerais envolvidos, nomeadamente, impondo a passagem compulsiva à reserva e despromovendo outros.²¹

Estas acções punitivas, principalmente dos altos cargos militares, pecaram por defeito e ficaram aquém do esperado, ou seja, deveriam processar criminalmente os oficiais que ordenaram ou tacitamente perdoaram ou foram coniventes com as torturas praticadas.

d. O presidente cessante

"Trouxemos justiça ao mundo e à América.

Espalhamos liberdade pela humanidade.

Continuaremos o nosso trabalho."

George W. Bush, 3 de Novembro de 2004²²

George W. Bush defendeu na última intervenção pública o legado dos seus oito anos como Presidente, afirmando que nunca mais houve um atentado terrorista em solo americano desde o 11 de Setembro de 2001, data que classificou como o dia que mudou a sua vida. Numa intervenção de pouco menos de 15 minutos realizada na Casa Branca perante 200 convidados, entre personalidades da vida pública americana, família e amigos, o presidente cessante admitiu a existência de erros e “reveses, como sucedeu com todos os outros que exerceram estas funções antes de mim”. Bush confessou que “se pudesse, teria actuado de forma diferente nalguns casos”. Admitiu que algumas decisões tenham sido e permaneçam foco de controvérsia, mas tudo foi feito para “garantir a vossa segurança”.

O presidente Bush termina o seu segundo mandato com uma das mais baixas taxas de aprovação entre os americanos. Uma sondagem CNN-Opinion Research Corporation de final do ano de 2008 indicava que 75% dos inquiridos disse estar contente por ter chegado ao fim a Presidência de George W. Bush (Morais, 2009: 29).

²¹ <http://www.globalsecurity.org/intell/world/iraq/abu-ghurayb-chronology.htm>, acedido em 12 de Março de 2009.

²² Frase proferida no discurso da vitória ao ser reeleito presidente dos EUA.

5. A ERA OBAMA

“Yes, we can.”

Slogan da campanha de Barack Obama

Quando anunciou a sua candidatura à presidência dos EUA, poucos acreditavam na vitória deste filho de um queniano e de uma americana do Kansas. Mas no dia 4 de Novembro de 2008, o homem que gosta de jogar basquetebol para descontrair tornou-se no primeiro negro eleito para a Casa Branca, derrotando o republicano John McCain. Educado na Indonésia e no Havai, o novo Presidente tem pela frente muitos desafios.

No discurso de tomada de posse, em 20 de Janeiro de 2009, o já presidente dos EUA prometeu o início de uma “nova era” para os Estados Unidos e uma total ruptura com as políticas de Bush, tanto internas como externas.

Barack Obama iniciou funções rodeado de uma aura de optimismo que atinge contornos raros. O seu índice de popularidade atingiu a grande maioria dos americanos, incluindo muitos republicanos que votaram no seu rival. O clima de optimismo gerado em volta do presidente arrisca a colocar a fasquia da exigência demasiado alta.

Este afro-americano de 47 anos, de rara preparação e lucidez, é um adepto da paz e do diálogo entre os povos, dos direitos humanos, proibindo formalmente a tortura, indicando que fechará a prisão de Guantánamo (Soares, 2009: 9).

a. Os primeiros passos

*“As palavras que não são seguidas de factos
não servem para nada.”*

Demóstenes

Bastaram apenas dois dias e um pacote de decisões para Barack Obama mudar a imagem dos EUA no exterior.

Rápido a cumprir as promessas, o presidente dos Estados Unidos da América ordenou, no dia 22 de Janeiro do presente ano, a suspensão por 120 dias dos processos judiciais em curso contra os presos de Guantánamo (245 suspeitos de terrorismo ainda se encontram detidos) para reavaliar a situação, o fecho da prisão militar de Guantánamo dentro de um ano e exigiu também a suspensão de interrogatórios violentos a suspeitos de terrorismo, numa tentativa de restaurar a imagem do país no exterior (Tecedeiro, 2009: 2).

A ordem só fala num adiamento de 120 dias, mas, na prática, põe fim ao regime que funcionava à margem da lei norte-americana e internacional.

Os juízes confirmaram a interrupção dos dois processos que decorriam – o de Khadr, um canadiano preso aos 15 anos e acusado de matar um soldado americano, e o de cinco homens acusados de participação nos atentados de 2001, incluindo o auto-proclamado “cérebro” dos ataques, Khalid Sheik Mohammed.

“A mensagem que estamos a transmitir ao mundo é que os EUA pretendem manter o actual empenho contra a violência e o terrorismo, e vamos fazê-lo com cautela, de uma forma que seja compatível com os nossos valores e os nossos ideais”, disse Obama durante uma cerimónia na Sala Oval (Jornal de notícias, 2009)²³.

Esta decisão mereceu elogios quase unânimes. O relator da ONU sobre a tortura, Manfred Nowak, considerou-a “muito positiva” e o comissário europeu para a justiça, Jacques Barrot, saudou “um símbolo muito forte de que a página deste triste episódio será virada em breve”. A Amnistia Internacional também elogiou a medida, mas exigiu o abandono de todos os processos contra os detidos (Tecedeiro, 2009: 2).

A maior dificuldade que espera Obama, neste caso, é o futuro dos detidos que estão ilibados das acusações, já que muitos deles não podem regressar aos seus países de origem depois de libertados, porque, segundo os EUA, esses países não respeitam os direitos humanos. Países que podem, sob a justificação de reabilitarem os prisioneiros ou por outros motivos, torturar, perseguir ou mesmo condenarem os prisioneiros à pena de morte (Carreira, 2009: 22).

Para tentar responder a esta questão, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE reuniram-se no dia 26 de Janeiro de 2009 para discutirem pela primeira vez a 27 a possibilidade de Estados membros poderem vir a acolher prisioneiros de Guantánamo e facilitar o encerramento da cadeia. Foi um primeiro debate, nada mais do que isso, o que acaba por mostrar que, apesar dos anúncios de países como Portugal, Reino Unido, Espanha, França entre outros, os prisioneiros ainda estão muito longe de virem a pisar solo europeu como cidadãos livres (Diário de Notícias, 2009)²⁴.

Existem problemas sérios, complexos e do foro jurídico, referiu Luís Amado, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Caso a caso, levantam-se diferentes questões; questões relativas à aplicação da Convenção de Genebra; questões em relação ao

²³ Versão online, <http://jn.sapo.pt>, acedido em 23 de Janeiro de 2009.

²⁴ Versão online, <http://dn.sapo.pt>, acedido em 26 de Janeiro de 2009.

estatuto de refugiado político; questões sobre a aplicação do direito humanitário (Carreira, 2009: 22).

No dia 13 de Março, o governo Obama, anunciou que não iria utilizar a expressão "combatente inimigo ilegal" para se referir aos suspeitos de terrorismo detidos na prisão de Guantánamo. A mudança tem efeitos práticos, pois faz parte da incorporação do direito internacional como base para tratar os prisioneiros, nomeadamente, os estatutos de prisioneiro de guerra (Público, 2009)²⁵.

b. O primeiro grande teste

O primeiro grande teste para a política externa do presidente americano Barack Obama veio de onde menos se esperava: dos conflitos em África.

A próxima reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que decidirá sobre a suspensão da ordem de prisão emitida, a 4 de Março, pelo TPI contra o presidente do Sudão, Omar al-Bashir (o primeiro contra um chefe de Estado), acusado de crimes contra a humanidade no conflito no Darfur. De acordo com o TPI, ficou provado que a violência no Darfur resultou de um plano comum organizado ao mais alto nível pelo governo sudanês, embora não haja provas de genocídio (Rádio Renascença, 2009)²⁶.

Este caso vai revelar ao mundo se a defesa dos direitos humanos é mesmo a pedra angular da nova política externa americana, ou se esta é uma prioridade menor na longa lista de problemas a serem enfrentados por Obama.

China e Rússia apoiam a suspensão da ordem de prisão, o que deixa os demais países com direito a veto no Conselho – França, Grã-Bretanha e EUA – em posição delicada. Esta divisão pode paralisar o Conselho de Segurança e a crise humanitária no Darfur pode aumentar a pressão para que Obama tome decisões, mesmo que unilaterais.

Em nota oficial, a nova embaixadora americana na ONU, Susan Rice, declarou que “os EUA apoiam as acções do TPI para levar ao banco dos réus os responsáveis pelos crimes ocorridos no Darfur, mas o governo americano também está empenhado em construir e fortalecer um processo de paz duradoura na região”.

Há um conflito evidente entre paz e justiça no caso do Sudão. Se o Conselho de Segurança reforçar a ordem do TPI e apoiar acções para a prisão imediata de Al-Bashir, o conflito interno no Sudão pode agravar-se ainda mais, e portanto, estamos perante um dilema com contornos políticos que terá que ser avaliado e ponderado.

²⁵ Versão online, <http://ultimahora.publico.clix.pt>, acedido em 13 de Março de 2009

²⁶ Versão Online, <http://www.rr.pt>, acedido em 04 de Março de 2009

6. CONCLUSÕES

“Aqueles que esquecem a história estão destinados a repeti-la”

George Santayana, filósofo

Sob a capa da luta contra o terrorismo e a manutenção da segurança, a administração de George W. Bush torturou prisioneiros detidos em Guantánamo, numa clara violação sistemática e grave dos direitos mais elementares dos detidos na ilha cubana.

Cometeram-se injustiças, detiveram-se suspeitos sem julgamentos nem acusações formadas, criaram-se comissões fraudulentas que o Supremo Tribunal dos EUA considerou ilegais.

Muitas foram as expectativas e esperanças depositadas no presidente Barack Obama e na sua administração. Espera-se do presidente americano uma profunda revisão da estratégia de combate ao terrorismo e o abandono da política de hipersoberania e unilateralismo característica da administração Bush e também, que se iniciem processos judiciais para encontrar os responsáveis pelos actos ilegais e reprimíveis realizados pela anterior administração.

E esse passado recente, tanto mais vergonhoso quanto germinou num dos países mais livres do mundo, sujou a imagem dos Estados Unidos, prejudicou gravemente a sua política externa e a credibilidade da sua acção. Pior ainda, "legitimou" ditadores e regimes pouco recomendáveis a invocarem, doravante, as práticas norte-americanas para confortarem e defenderem as que eles mesmos executam.

Depois desta análise é importante rever o objectivo deste estudo, e responder às questões colocadas:

- **Estaremos perante uma nova era da política americana relativamente aos direitos humanos?**

Ainda é muito prematuro afirmar que a política de Barack Obama irá marcar uma nova era no que concerne aos direitos humanos, no entanto, muitas acções concretas foram executadas e verifica-se que esta política é uma ruptura clara com o passado recente da história dos Estados Unidos e, especificamente, da presidência de George Bush. O caminho é o correcto, apesar de haver ainda muito para caminhar.

- **Que medidas irão operacionalizar esta política?**

Várias medidas importantes foram tomadas, desde logo, o presidente Obama mandou suspender por 120 dias os processos judiciais em curso contra os presos de Guantánamo para reavaliar a situação, prometeu fechar a prisão de Guantánamo em Janeiro de 2010 e exigiu também a suspensão de interrogatórios violentos e com recurso à tortura.

No entanto, e apesar destas medidas, a ratificação do Estatuto de Roma e o reconhecimento do TPI (ainda não realizada), por parte da administração de Barack Obama, seria um grande passo em frente na procura da justiça e da verdade. Espera-se também que os EUA deixem de executar duas políticas diferentes, uma para os seus cidadãos e outra para os cidadãos estrangeiros, que deixem de se afirmar e agir como hiper soberanos e unilateralmente neste mundo global e interdependente.

- **Irá a administração Bush ser responsabilizada criminalmente, quer a nível interno e/ou a nível internacional, pelos actos de tortura cometidos em Guantánamo ou Abu Ghraib?**

Ainda durante a governação de Bush, surgiu o escândalo sobre a prisão de Abu Ghraib após a divulgação de várias imagens de prisioneiros a serem humilhados e a sofrerem várias formas de tortura. Este escândalo conduziu à condenação de 11 militares que participaram nas torturas a penas que vão até aos dez anos de prisão.

Estas medidas pecaram por escassas e pouco abrangentes, ou seja, altos funcionários do governo, tais como, os funcionários do Departamento de Justiça que defenderam e legitimaram o uso de técnicas de interrogatório ilegais e também Donald Rumsfeld, Dick Cheney e o próprio presidente Bush como principais responsáveis políticos e criminais não foram processados e julgados.

No entanto, o presidente Barack Obama deixou as portas abertas, mas, salientou que os agentes que participaram nos interrogatórios e utilizaram como base os conselhos legais do governo não serão processados.

Espera-se que o presidente Obama siga os conselhos do enviado especial contra a tortura das ONU, Manfred Nowak e, ao abrigo da Convenção contra a Tortura, que os EUA ratificaram, inicie processos internos contra os possíveis autores, instigadores, colaboradores e cúmplices para que a responsabilidade penal das

diferentes estruturas de execução, comando, planejamento e autorização não passe impune.

BIBLIOGRAFIA

CARREIRA, Alexandra. *Presos de Guantánamo ainda longe da Europa*. Diário de Notícias. 27 de Janeiro de 2009. Mundo, pág. 22

DANNER, Mark (2004). *Abu Ghraib – The politics of torture*. The terra nova series

EUROPEU, Parlamento. *Resolução do Parlamento Europeu sobre a alegada utilização pela CIA de países europeus para o transporte e a detenção ilegal de prisioneiros*. 16 de Fevereiro de 2009.

LORENA, Sofia. *As comissões militares já acabaram, Janeiro de 2010 é o prazo para fechar Guantánamo*. Público. 22 de Janeiro de 2009. Destaque, pág. 3

MORAIS, Abel Coelho. *Bush defende oito anos de decisões controversas*. Diário de Notícias. 17 de Janeiro de 2009. Mundo, pág. 29

OBAMA, Barack (2006). *A audácia da esperança*. 2ªed. Cruz Quebrada: Casa das Letras

SANTOS, Carlos (2009). *E agora, Obama?*. Lisboa: Esfera do Caos Editores

Sítio Abu Ghraib abuse cronology. [em linha] [acedido em 12 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.globalsecurity.org/intell/world/iraq/abu-ghurayb-chronology.htm>

Sítio *A era Barack Obama*. [em linha] [acedido em 10 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/a-era-barack-obama/index.html>

Sítio *Amnesty International Report – State of the World's Human Rights*. [em linha] [acedido em 17 de Fevereiro de 2009]. Disponível na internet em <http://archive.amnesty.org/air2008/eng/Homepage.html>

Sítio *Best Speeches of President Obama*. [em linha] [acedido em 10 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://obamaspeeches.com/001-2002-Speech-Against-the-Iraq-War-Obama-Speech.htm>

Sítio CICV, *Tribunal Penal Internacional*. [em linha] [acedido em 10 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://icrc.org/Web/por/sitepor0.nsf/html/5YBLR2>

Sítio *Comité Contra a Tortura*. [em linha] [acedido em 12 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-ctra-tortura-content.html#17>

Sítio *Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes*. [em linha] [acedido em 12 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/degradant.htm>

Sítio *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [em linha] [acedido em 12 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.dudh.org.br>.

Sítio DIÁRIO DE NOTÍCIAS. *UE discute ideia portuguesa sobre presos de Guantánamo*. [em linha] [acedido em 26 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=1139633

Sítio *Direito Internacional Humanitário*. [em linha] [acedido em 12 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/TPI/Estatuto_Tribunal_Penal_Internacional.htm

Sítio ESTADÃO. *ONU afirma que EUA devem julgar responsáveis por tortura*. [em linha] [acedido em 24 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,onu-afirma-que-eua-devem-julgar-responsaveis-por-tortura,359956,0.htm>

Sítio *Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional*. [em linha] [acedido em 10 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/OI/TPI/Estatuto_Tribunal_Penal_Internacional.htm

Sítio *Guantanamo Bay*. [em linha] [acedido em 11 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: http://www.globalsecurity.org/military/facility/guantanamo-bay_x-ray.htm

Sítio HUMAN RIGHTS WATCH. *World Report – Events of 2008*. [em linha] [acedido em 13 de Fevereiro de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.hrw.org>

Sítio JORNAL DE NOTÍCIAS. *Obama fecha Guantánamo e centros de detenção da CIA*. [em linha] [acedido em 23 de Janeiro de 2009]. Disponível na Internet em: http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1075855

Sítio MCMAHAN, Jeff. *Ética e o uso de violência na guerra*. [em linha] [acedido em 20 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.filedu.com/jmcmahanguerraepaz.html>

Sítio PÚBLICO. *Guantánamo: países da UE não chegam a acordo sobre acolhimento de prisioneiros*. [em linha] [acedido em 27 de Janeiro de 2009]. Disponível na internet em: <http://ultimahora.publico.clx.pt/noticia.aspx?id=1357578&idCanal=11>

Sítio PÚBLICO. *Obama revoga estatuto de “Combatente Inimigo” dos prisioneiros de Guantánamo*. [em linha] [acedido em 13 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://ultimahora.publico.clx.pt/noticia.aspx?id=1369107&idCanal=11>

Sítio RADIO RENASCENÇA. *TPI emite mandado de captura contra Al-Bashir*. [em linha] [acedido em 4 de Março de 2009]. Disponível na Internet em: <http://www.rr.pt/InformacaoDetalhe.aspx?AreaId=11&ContentId=278980&SubAreaId=54>

SMITH, Clive Stafford (2008). *Guantánamo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio

SOARES, Mário. *Um impulso inovador*. Diário de Notícias. 27 de Janeiro de 2009. Opinião, pág. 9

TECEDEIRO, Helena. *Obama dá primeiro passo para fechar Guantánamo*. Diário de Notícias. 22 de Janeiro de 2009. Actual 1, pág. 2

WHITE, Josh, DAVENORT, Christian, HIGHMAM, Scott. *Videos Amplify Picture of Violence*. The Washington Post. 21 de Maio de 2004. Military, pág. A01

ANEXO A

Cronologia de acontecimentos relevantes

30 Abril 1494 — A Baía de Guantánamo é "descoberta" por Cristóvão Colombo na sua segunda viagem de exploração ao Novo Mundo.

1898 — A Guerra Hispano-Americana começa, com o objectivo de responder aos maus-tratos dos Cubanos pelos Espanhóis. Os Americanos estabelecem tropas em Guantánamo.

1903 — Primeiro acordo de arrendamento entre os EUA e o recentemente independente governo cubano concede a Baía de Guantánamo aos EUA como uma estação naval e de recepção de carvão.

1934 — O arrendamento é renovado, sem qualquer data de término.

1935-9 — Revolução Cubana liderada por Fidel Castro. O seu avanço sobre Havana começa a 40 milhas a oeste da base.

4 Janeiro 1961 — EUA cortam relações diplomáticas com a Cuba "comunista".

Abril 1961 — Invasão da Baía dos Porcos pelos exilados cubanos, financiada pela CIA, tem lugar várias centenas de milhas a noroeste da base.

Final de 1961 — Castro tenta estancar a onda de refugiados que procuram asilo construindo uma "Cortina de Cacto" ao longo de oito milhas da fronteira nordeste da base de Guantánamo.

Outubro 1962 — Crise dos Mísseis Cubanos. Setenta e cinco mil minas terrestres subsequentemente colocadas ao longo da fronteira da base.

26 Fevereiro 1993 — O primeiro atentado bombista ao World Trade Center. Várias pessoas são depois condenadas após um longo julgamento no tribunal federal dos EUA em Nova Iorque.

20 Novembro 2000 — Eleições presidenciais americanas.

9 Dezembro 2000 — O Supremo Tribunal dos EUA pára a recontagem e declara efectivamente a vitória para George W. Bush em Bush *versus* Gore.

20 Janeiro 2001 — Presidente Bush toma posse.

16 Agosto 2001 — Zacarias Moussoui é detido sob acusações de imigração no Minnesota, 26 dias antes do 11 de Setembro. O significado do seu treino de voo não é reconhecido. Muito depois do facto, ele será acusado como o vigésimo pirata do ar nos ataques do 11/9, condenado e sentenciado pelo tribunal federal dos EUA a pena perpétua.

11 Setembro 2001 — O quase desconhecido grupo terrorista chamado al-Qaeda ataca os Estados Unidos.

16 Setembro 2001 — Bin Laden divulga uma gravação de vídeo negando a responsabilidade pelo ataque de 11 de Setembro: "Eu realço que não levei a cabo este acto, que parece ter sido levado a cabo por indivíduos com a sua própria motivação."

7 Outubro 2001 — Guerra do Afeganistão (chamada de "Operação Liberdade Duradoura") começa com a coligação a bombardear o Afeganistão.

11 Novembro 2001 — Sheikh al-Libi, sócio de Bin Laden e director do campo de treinos Khaldan da al-Qaeda no Afeganistão, é capturado pelas forças de segurança do Paquistão após abandonar a luta nas montanhas de Tora Bora no Afeganistão.

27 Dezembro 2001 — Bin Laden divulga a sua segunda declaração numa gravação de vídeo, para repentinamente reclamar responsabilidade pelo 11 de Setembro, mas afirmando: "O terrorismo contra a América merece ser louvado pois foi uma resposta à injustiça, destinado a forçar a América a parar com o seu apoio a Israel, que mata o nosso povo."

8 Janeiro 2002 — Sheikh al-Libi é, segundo as informações, detido no USS Bataan no Oceano Índico. Mais tarde, em Janeiro, está entre os 150 prisioneiros secretamente entregues às autoridades egípcias para interrogatórios. Sob tortura, "admite" que a al-Qaeda estava a trabalhar com Saddam Hussein em armas de destruição maciça.

11 Janeiro 2002 — Anúncio de que os prisioneiros do Afeganistão serão levados para detenção na Baía de Guantánamo.

21 Janeiro 2002 — Primeiro voo leva prisioneiros do Afeganistão para a Baía de Guantánamo. São presos em jaulas abertas numa área chamada Camp X-Ray (que é encerrado no final de Abril 2002).

Fevereiro 2002 — Pela primeira vez, em documentos classificados, a CIA manifesta dúvidas acerca da confissão de al-Libi da ligação sobre a al-Qaeda e Saddam Hussein.

19 Fevereiro 2002 — Litígio levado a cabo pelo Center for Constitutional Rights, o Prof. Joe Margulies e Clive Stafford Smith no tribunal federal em Washington DC em representação dos dois prisioneiros britânicos na Baía de Guantánamo (Shafiq Rasul e Asif Iqbal) num caso designado Rasul *versus* Bush.

27 Fevereiro 2002 — As Forças Armadas dos EUA começam a construção de Camp Delta na Baía de Guantánamo. É inaugurado em Abril de 2002.

10 Abril 2002 — Binyam Mohamed, um britânico habitante de Kensington, é detido no aeroporto pelas autoridades paquistanesas.

29 Abril 2002 — Camp X-Ray é encerrado na Baía de Guantánamo.

21 Julho 2002 — Binyam Mohamed é levado pelo avião da CIA para Marrocos, onde enfrenta 18 meses de tortura.

7 Outubro 2002 — O Presidente Bush faz um discurso em Cincinnati em defesa dos planos de guerra para o Iraque onde se apoia em provas arrancadas sob tortura a al-Libi no Egipto, e enfatiza fortemente os laços de Saddam Hussein à al-Qaeda: "Nós sabemos que o Iraque treinou os membros da al-Qaeda na concepção de bombas, venenos e gases mortais."

Fevereiro 2003 — Após tortura no Egipto, al-Libi é devolvido à custódia dos EUA e é detido durante alguns meses em segredo na Baía de Guantánamo, juntamente com outros prisioneiros da al-Qaeda de alto nível.

6 Fevereiro 2003 — O secretário de Estado Colin Powell dirige-se às Nações Unidas Insistindo numa guerra de neutralização do inimigo com o Iraque, apoiando-se nas provas arrancadas sob tortura de al-Libi no Egipto ligando a al-Qaeda e Saddam Hussein.

23 Março 2003 — Invasão do Iraque ("Operação Iraque Livre").

2 Maio 2003 — O Presidente Bush anuncia "Missão Cumprida" a bordo do USS Lincoln.

Julho 2003 — O Presidente Bush revela o nome dos primeiros seis prisioneiros que enfrentarão as comissões militares em Guantánamo, incluindo dois britânicos (Feroz Abbasi e Moazzam Begg) e um australiano (David Hicks). Surge, pela primeira vez na imprensa britânica, uma crítica generalizada acerca da prisão.

17 Julho 2003 — Numa conferência de imprensa com o primeiro-ministro Tony Blair, o Presidente Bush discute a "Guerra contra o Terrorismo" e depois responde a uma questão sobre os prisioneiros de Guantánamo: "A única certeza que tenho é a de estarmos a lidar com homens maus..."

10 Setembro 2003 — O capelão Yee, o Imã de Guantánamo, é detido sob a acusação de que é um espião a trabalhar para a Síria. A sua mulher procura-o enquanto ele passa 76 dias em isolamento total. No final, as acusações de espionagem são suspensas e ele é acusado de adultério e de descarregar ficheiros de pornografia para um computador do governo.

26 Novembro 2003 — Steyn, o ministro da Justiça inglês, apelida os tribunais da proposta comissão militar de "tribunais fantoche".

Janeiro 2004 — Al-Libi desmente todas as alegações de que a al-Qaeda tinha ligações a Saddam Hussein.

21 Janeiro 2004 — Binyam Mohamed, após 18 meses de tortura em Marrocos, é levado para a Prisão Negra em Kabul.

29 Janeiro 2004 — A porta-voz do Pentágono, a tenente Barbara Burfeind, afirma ao jornalista da BBC Jon Monel na Rádio 4 que com a libertação de três afegãos com idades compreendidas entre os 11 e os 15, mais nenhum menor permanece sob a custódia dos EUA em Guantánamo. Um relatório da Reprieve vem, mais tarde, a demonstrar que cerca de sessenta e quatro menores estiveram detidos na base, e cerca de dezanove permaneciam encarcerados em 2005.

8 Fevereiro 2004 — O Presidente Bush declara-se a si próprio como o "Presidente da Guerra".

Março 2004 — Cinco cidadãos de nacionalidade britânica (Asif Iqbal, Shafiq Rasul, Rhuhel Ahmed, Tarek Dergoul, Jamal Udeen) são libertados de Guantánamo, deixando para trás quatro cidadãos de nacionalidade britânica e dez cidadãos residentes em Inglaterra.

Maio 2004 — As primeiras instalações de segurança máxima (Camp Five) são finalizadas na Baía de Guantánamo, albergando até cerca de 100 prisioneiros. Kellogg, Brown & Root (KBR), uma subsidiária de Halliburton outrora gerida pelo Vice-Presidente Dick Cheney, é a principal empreiteira. O custo foi de 31 milhões de dólares.

9 Maio 2004 — O Washington Post divulga documentos secretos que mostram a aprovação pelo Pentágono da privação do sono, exposição ao calor e ao frio, luz intensa e música alta durante os interrogatórios em Guantánamo.

Junho 2004 — Numa fuga de informação de um relatório confidencial, para o New York Times, os inspetores da Cruz Vermelha acusam o Exército dos EUA de usar "actos humilhantes, prisão em isolamento, temperaturas extremas, e uso de posições forçadas" contra os prisioneiros, concluindo que "a construção de tal sistema, cujo propósito declarado é a produção de informações secretas, não pode ser considerada senão um sistema intencional de tratamento cruel, invulgar e degradante e uma forma de tortura."

15 Junho 2004 — A brigadeira Janis Karpinski, oficial do Exército na prisão de Abu Ghraib no Iraque, diz que recebeu ordens do general Miller (antigo oficial de Exército em Guantánamo) para tratar os detidos como cães "tal como é feito em Guantánamo".

28 Junho 2004 — O Supremo Tribunal dos EUA no caso Rasul *versus* Bush decreta que os prisioneiros em Guantánamo têm o direito básico legal para questionarem a sua detenção através do antigo decreto do *habeas corpus* nos tribunais federais civis dos EUA.

29 Julho 2004 — Um relatório do FBI (revelado depois no New York Times) descreve especificamente e critica o abuso de prisioneiros pela primeira vez: “Eu entrei nas salas das entrevistas para encontrar um detido acorrentado de pés e mãos na posição fetal no chão, sem cadeira, comida ou água. Na maioria das vezes, eles tinham-se urinado ou defecado e tinham sido deixados lá por 18, 24 horas ou mais.”

Agosto 2004 — Gita Gutierrez do Center for Constitutional Rights torna-se a primeira advogada a visitar a base. Sob a coacção do Supremo Tribunal, o Exército cria o sistema de Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente (CSRT) para avaliar se um prisioneiro é um "combatente inimigo". O tema é fortemente criticado por usar provas secretas, baseando-se em provas extraídas através de tortura, e excluindo os advogados.

24 Agosto 2004 — Após dois anos e meio na prisão, Salim Hamdam, um prisioneiro do Iémen em Guantánamo que terá, alegadamente, sido motorista de Bin Laden, torna-se a primeira pessoa a ter uma audiência numa comissão militar. Este processo é, mais tarde, interrompido pelos tribunais, e no final declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal.

22 Setembro 2004 — A entrega de prisioneiros a Guantánamo vindos do Afeganistão é suspensa por dois anos após o último avião trazer Binyam Mohamed e outros nove para a prisão.

30 Outubro 2004 — Numa gravação de vídeo programada para coincidir com as eleições presidenciais dos EUA, Bin Laden admite publicamente, pela primeira vez, o envolvimento da al-Qaeda nos ataques aos EUA. Ele diz que os ataques foram levados a cabo porque "nós somos livres e não aceitamos a injustiça. Nós queremos restaurar a liberdade para a nossa nação."

2 Novembro 2004 — George W. Bush vence as eleições contra o senador John Kerry.

14 Dezembro 2004 — A primeira Comissão de Revisão Anual (ARB) tem lugar para determinar se aqueles prisioneiros considerados como combatentes inimigos são uma "ameaça contínua" aos EUA. As ARBs concedem ainda menos direitos do que as comissões militares ou os CSRT e são fortemente criticadas.

25 Janeiro 2005 — Os restantes quatro cidadãos britânicos (Feroz Abbasi, Moazzam Begg, Richard Belmar e Martin Mubanga) são devolvidos ao Reino Unido. (Dez residentes britânicos permaneceram em Guantánamo).

31 Janeiro 2005 — O juiz federal de DC Joyce Hens Green ordena que os CSRT realizadas para confirmar o estatuto dos prisioneiros em Guantánamo como "combatentes inimigos" são inconstitucionais. O governo interpõe um recurso.

15 Março 2005 — O Professor Tim Valentine revê a gravação de vídeo que dá a entender que é o refugiado britânico-libanês Ornar Deghayes brandindo a Kalashnikov na Chechénia e conclui que não se trata da mesma pessoa. Através do trabalho do correspondente do noticiário News Night da BBC, Peter Marshal, é mostrado que a pessoa em questão era um rebelde checheno morto, Abu Walid. A prova é entregue ao Exército americano. Dois anos depois, as acusações contra Omar permanecem substancialmente inalteradas, ele não tem nenhum julgamento, e continua preso.

Junho 2005 — Membros do Centro do Comité dos Estados Unidos para os Serviços Armados visitam Guantánamo e descrevem-na como um "resort" e elogiam a qualidade da comida.

6 Julho 2005 — Uma difundida greve de fome começa em Guantánamo, com os prisioneiros a exigir um julgamento justo ou a liberdade.

12 Julho 2005 — Os membros de um painel militar propõem disciplinar o major-general Geoffrey Miller, comandante da prisão e antigo comandante da base, durante o interrogatório em Guantánamo de Mohamed al-Qahtani, por este último ter sido obrigado a usar roupa interior feminina e ameaçado com cães. A recomendação é indeferida pelo general Bantz J. Craddock, comandante do Comando do Sul dos Estados Unidos.

Dezembro 2005 — A primeira utilização da “cadeira da tortura” é usada para forçar a ingestão de alimentos naqueles que permanecem em greve de fome em Guantánamo.

20 Dezembro 2005 — O Presidente Bush força a lei do Tratamento dos Detidos (DTA) no Congresso, procurando proibir os prisioneiros de trazer inconvenientes à sua detenção no tribunal federal de distrito. Inclui a proibição contra a tortura, mas nega declaradamente aos prisioneiros de Guantánamo um fórum ao qual podem levar qualquer questão referente ao seu tratamento.

13 Janeiro 2006 — A Chanceler alemã, Angela Merkel, critica a detenção de prisioneiros em Guantánamo.

15 Fevereiro 2006 — O relatório das Nações Unidas condena Guantánamo, declarando que as suas condições se assemelham à tortura.

17 Fevereiro 2006 — O primeiro-ministro Tony Blair lança a sua mais firme condenação a Guantánamo, sugerindo que é "uma anomalia e mais tarde ou mais cedo tem de se lidar com isso."

6 Março 2006 — A Reprieve entrega provas ao Exército norte-americano provando que Ahmed Errachidi, apelidado de "O general" da al-Qaeda pelo Exército, estava, na verdade, a trabalhar como cozinheiro no Hotel Westbury em Londres na altura em que deveria

supostamente estar a receber treino como terrorista no Afeganistão. Um ano depois as acusações contra o Sr. Errachidi não foram alteradas e ele continua prisioneiro em Guantánamo.

15 Abril 2006 — Sob a coacção dos tribunais, pela primeira vez desde a abertura do centro de detenção de Guantánamo, o Pentágono divulga uma lista de prisioneiros detidos naquele local.

10 Junho 2006 — Três prisioneiros em Guantánamo cometem, alegadamente, suicídio. O Pentágono classifica este acto como uma "acção de relações públicas". A comunicação social é rapidamente afastada da base.

29 Junho 2006 — O Supremo Tribunal dos Estados Unidos declara o sistema de comissões militares como inconstitucional no caso Hamdan *versus* Rumsfeld alegando que o Presidente não poderia criar um tal sistema sem a aprovação do congresso.

25 Agosto 2006 — O Registo do Congresso dos Estados Unidos afirma que existem actualmente 14 000 prisioneiros sob a custódia dos Estados Unidos em centros de detenção secretos por todo o mundo: 450 em Guantánamo, 500 na base da Força Aérea de Bagram (Afeganistão); 100-200 em Kandahar (Afeganistão); 12 900 no Iraque; 30 em outras prisões secretas.

6 Setembro 2006 — Durante a campanha eleitoral de 2006 para o Congresso, o Presidente Bush anuncia que catorze "grandes nomes" dos prisioneiros da al-Qaeda (incluindo Khalid Sheilh Mohammed, alegadamente o cabecilha do 11 de Setembro; Abu Zubaydah, alegadamente o comandante de operações; e Ramzi bin al-Shibh, alegadamente um dos que planearam a conspiração do 11 de Setembro) foram transferidos dos seus centros de detenção secretos da CIA para Guantánamo. A Administração Bush afirma que não existem quaisquer prisioneiros detidos em centros de detenção secretos da CIA, e insiste na aprovação urgente de uma lei que invalide a decisão Hamdan, permitindo julgamentos militares.

17 Outubro 2006 — O Presidente Bush força a Lei das Comissões Militares ao Congresso dando origem a um novo sistema que é muito semelhante ao anterior.

Novembro 2006 — Camp Six é inaugurado como uma instalação de segurança máxima em Guantánamo, com lugar para cerca de 178 prisioneiros.

8 Novembro 2006 — O Presidente Bush aceita a demissão do secretário da Defesa Donald Rumsfeld.

11 Dezembro 2006 — Três prisioneiros em Guantánamo completam 16 meses de greve de fome, sendo alimentados à força durante mais de um ano.

15 Dezembro 2006 — O jornalista de al Jazeera, Sami al-Haj atinge o quinto ano preso sem acusações ou um julgamento.

1 Janeiro 2007 — O residente britânico Shaker Aamer continua em isolamento em Camp Echo após dezasseis meses.

26 Março 2007 — David Hicks, o primeiro dos 10 detidos a ser julgado pelas Comissões Militares ordenadas pelo Presidente Bush em Novembro de 2001. Detido há 6 anos na prisão de Guantánamo, considerou-se culpado, no que diz respeito a uma das acusações que lhe foi feita de “fornecer apoio material para terrorismo”.

9 Agosto 2007 — Bush afirma que é objectivo dos EUA fechar a prisão de Guantánamo, mas parte da demora deve-se à relutância de alguns países em assumir a custódia de suspeitos de terrorismo detidos.

28 Novembro 2007 — O pré-candidato presidencial democrata americano Barack Obama reafirma a sua intenção de iniciar a retirada militar do Iraque e de fechar a base militar de Guantánamo, em Cuba, se ganhar as eleições de Novembro de 2008.

5 Fevereiro 2008 — O director da CIA, Michael Hayden, admitiu que a agência de inteligência americana utilizou a técnica de interrogatório conhecida como waterboarding (que simula a sensação de afogamento) em três suspeitos da Al-Qaeda.

Em pronunciamento durante uma audiência no Senado americano, Hayden disse que a prática foi adoptada há cinco anos e, depois, não foi mais usada.

12 Junho 2008 — Os prisioneiros da base militar norte-americana da baía de Guantánamo (Cuba) têm o direito de recorrer à Justiça Federal a fim de contestarem o facto de estarem há anos detidos, determinou o Supremo Tribunal dos EUA, impondo um grave revés ao governo do actual presidente do país, George W. Bush.

28 Agosto 2008 — Formalizada a candidatura de Barack Obama pela Convenção do Partido Democrata.

20 Janeiro 2009 — Barack Obama toma posse como o 44º presidente do Estados Unidos da América.

22 Janeiro 2009 — O presidente dos EUA manda suspender por 120 dias os processos judiciais em curso contra os presos de Guantánamo para reavaliar a situação e promete fechar a prisão de Guantánamo no prazo de um ano.

23 Janeiro 2009 — A Comissão Europeia rejeita a tomada de uma decisão comunitária sobre o acolhimento de prisioneiros de Guantánamo na EU.

26 Janeiro 2009 — Os Ministros dos Negócios Estrangeiros reúnem-se a 27 para chegar a um consenso sobre o destino a dar aos prisioneiros de Guantánamo.

23 Fevereiro 2009 — Binyam Mohamed é libertado de Guantánamo após 4 anos de prisão. Diz ter sido torturado e acusa o MI5 de cumplicidade nos abusos que sofreu.

13 Março 2009 — O governo de Obama abandonou o termo "combatente inimigo" e incorporou o direito internacional como base para a detenção de suspeitos de terrorismo na prisão de Guantánamo, nomeadamente, o estatuto de prisioneiros de guerra.

ANEXO B

Uma breve história de Guantánamo

A Baía de Guantánamo situa-se no extremo este de Cuba, o seu enorme porto natural é bem abrigado das frequentes tempestades do Caribe. O nome foi inicialmente dado à baía pelos Tainos, o povo indígena que viveu no local antes dos espanhóis terem chegado. Os dois lados da baía actualmente sob o domínio dos Estados Unidos cujo nome se deve à direcção constante destas tempestades — o sotavento e o barlavento. De acordo com uma perspectiva ocidental, a sua história começou a 30 de Abril de 1494, quando Cristóvão Colombo, então na sua segunda viagem de exploração ao Novo Mundo, lançou o ferro por um curto espaço de tempo na baía. Deu-lhe o nome de Puerto Grande, ou Porto Grande. A terra em volta da baía era semiárida, quando Colombo não encontrou água nem o ouro do El Dorado, levantou ferro no dia seguinte. Uma placa comemorativa mostra o local onde ele desembarcou, apenas a cinquenta metros do cais actual do ferry no barlavento.

Os europeus não mostraram qualquer interesse no local até 1741, quando o general Wentworth desembarcou 3400 tropas inglesas na baía durante a Guerra de Jenkins' Ear. Rebaptizou a baía de Cumberland Harbour, e planeou um ataque às forças espanholas que estavam por perto. Avançou dezasseis milhas para o interior, altura em que mais do que 2000 dos seus soldados foram acometidos de uma febre tropical, e ele deixou a baía após quatro meses de ocupação.

Um século mais tarde, em 1854, houve uma breve visita de HMS Buzzard, um navio de guerra inglês, para desembarcar vários doentes de febre-amarela para isolamento e tratamento na pequena ilha agora conhecida como Hospital Cay. Mas a recente história da base começou em 1898, quando o império espanhol em declínio entrou em guerra com uns Estados Unidos emergentes. Em 10 de Junho desse mesmo ano, os Marines americanos desembarcaram para se prepararem para a batalha decisiva de Cuzco Well, duas milhas para sudeste. Os espanhóis foram derrotados e Cuba ganhou a sua independência — ainda que fosse uma independência que seria controlada de perto pelos Estados Unidos durante muito tempo.

Em 1903, o Presidente Theodore Roosevelt assinou um tratado com o novo governo de Cuba. Isto incluía um arrendamento para uma base de coligação para a Marinha americana. O arrendamento não tinha uma data de termo fixa, e podia ser anulada

só mediante acordo mútuo. Por uma quantia mínima — originalmente 2000 dólares em ouro e agora, um século mais tarde, ainda somente 4085 dólares por ano — os Estados Unidos garantiram cerca de 45 milhas quadradas, divididas em três áreas aproximadamente iguais, o barlavento para o leste, o porto, e o sotavento para oeste. O arrendamento estava protegido por uma cláusula escrita na constituição cubana, e nessa altura os Estados Unidos também reivindicaram o seu direito, sob a chamada Emenda Platt, para intervir para proteger a jovem democracia cubana caso esta ficasse sob ameaça. Os Estados Unidos não hesitaram em exercer o seu poder nos trinta anos que se seguiram — durante a "Rebelião dos Negros" de 1912, a "Intervenção do Açúcar" de 1917, e em várias outras ocasiões.

Em 1934, a Emenda Platt foi retirada da lei cubana, e a concessão original foi substituída por um novo acordo. Os termos permaneceram na sua essência. Nessa altura, e agora, a concessão impediu os Estados Unidos de usarem a área para qualquer outra coisa que não fosse uma "coligação ou base naval".

Gradualmente, a base expandiu-se, usando-a primeiro como o principal campo de treino da Marinha americana, em especial no Inverno. As imagens da base que datam da segunda década do século vinte mostram mais de cinquenta navios de guerra ancorados em linhas paralelas pela baía. Mais tarde veio uma força aérea em expansão. A pista de aterragem do sotavento foi progressivamente aumentada para poder albergar aviões maiores.

Pouco depois da Segunda Guerra Mundial, as estradas da base foram baptizadas pela primeira vez. No sotavento, não havia muito para baptizar — a First Street e a Second Street correm paralelas da extremidade oeste para além de CBQ²⁷ até ao cais do ferry. No barlavento, a rua principal chama-se Sherman Avenue, em homenagem ao almirante Forrest P. Sherman, o oficial superior da Marinha na altura da Guerra da Coreia, e autor de um texto sobre a ocupação inglesa da baía dois séculos antes. As ruas mais pequenas homenageiam os heróis cubanos, soldados que morreram na guerra de 1898, e os antigos comandantes da base naval. Uma excepção é a Recreation Road, que corre ao longo do campo de golfe de Guantánamo.

Nos anos cinquenta, terminou o período de relativa calma na base. A quarenta milhas para oeste, um grupo de revolucionários liderados por Fidel Castro iniciou a sua marcha para a capital Havana. Tomaram o poder em Janeiro de 1959. Na altura, como

²⁷ Hotel onde ficam alojados os advogados e a comunicação social

ficou registado na história naval da base pelo contra-almirante M.E.Murphy, Castro tinha o "apoio total do povo de Cuba e da maioria das nações do mundo".

A lua-de-mel foi breve. Quando Castro declarou as suas cores de esquerda, o Presidente Eisenhower cortou as relações diplomáticas com Cuba em Janeiro de 1961 — mas foi cuidadoso o suficiente para declarar que o *status* da Baía de Guantánamo não mudaria.

Castro assumiu a posição de que a concessão era ilegal. "A base naval é um punhal enterrado em solo cubano," lamentou-se ele, logo a seguir à Revolução. "Trata-se de uma base que não iremos tomar pela força, mas um pedaço de terra do qual nunca abdicaremos."

As tensões aumentaram em 17 de Abril de 1961, com a invasão abortiva da Baía dos Porcos patrocinada pela CIA, algumas milhas a noroeste. Mais tarde nesse ano, Castro procurou deter a onda de refugiados que buscavam asilo construindo a "Cortina de Cactos" ao longo de oito milhas a nordeste da fronteira da base.

Se as relações cubano-americanas estavam então azedas, tornaram-se ácidas aquando da Crise dos Mísseis Cubanos. Em Outubro de 1962, os Estados Unidos souberam que os mísseis russos tinham sido colocados em território cubano, apenas a 90 milhas do continente americano, capazes de atingir alvos americanos em segundos após o seu lançamento. Isto provocou uma operação maciça na base, com a evacuação de civis, uma grande entrada de soldados, e a criação de bunkers em cimento armado ao longo da linha de defesa. Um campo de 75000 minas terrestres foi "plantado" também ao longo da fronteira, criando o que era, então, o segundo maior campo de minas no mundo a seguir à Coreia. No livro do almirante Murphy, há uma dedicatória a quinze soldados que morreram no processo de colocação e manutenção das minas. Murphy dá, também, o nome de quatro cidadãos cubanos que morreram ao tentar atravessar o campo, e menciona um conjunto de restos mortais em esqueleto identificado somente como um "Saltador de Cerca". O Presidente Bill Clinton ordenou a remoção de todas as minas americanas em 1996, e a área foi oficialmente limpa em 2000. O campo de minas cuba permanece intacto.

Entretanto, a 6 de Fevereiro de 1964, o governo cubano cortou o fornecimento de água da base, como retaliação pela detenção de 36 cubanos acusados de pescar ilegalmente em águas da Florida. Os cubanos acusaram os Estados Unidos de roubarem água cubana. Paradoxalmente, este incidente deu início a um esforço para tornar esta base sustentável a nível ambiental, de um modo raramente visto no continente americano.

Mais tarde, em 1964, abriu uma estação de dessalinização de água, com capacidade para converter 2,25 milhões de galões de água fresca a partir do mar todos os dias. Quase tudo é reciclado na base (e tem sido assim durante anos), e em 2005, com um custo de 12 milhões de dólares, quatro gigantescos moinhos de vento nos montes de Windward começaram a produzir um quarto da electricidade da base, reduzindo a dependência do petróleo que tem de ser importado. As estritas leis ambientais protegem a vida selvagem — um soldado que atropela uma iguana pode incorrer em dez anos de prisão e uma multa de 10000 dólares.

Quando a água foi cortada, Castro mexeu-se para acabar com o emprego de cubanos na base. Até essa altura, vários cidadãos cubanos entravam na base todos os dias para trabalhar, fornecendo um enorme bónus à economia cubana local. Uma cláusula bastante antiga operava de modo a permitir àqueles que tivessem empregos de continuarem a passar através do posto fronteiriço todos os dias, mas a reforma eliminou todos, excepto dois trabalhadores cubanos em 2006.

No início dos anos 70, as atitudes de ambos os lados vacilaram. Em 1974, Castro declarou que a contínua ocupação americana da base não deveria ser um obstáculo à normalização das relações. Embora os anos setenta tenham assistido a vários pedidos de americanos influentes para uma mudança na abordagem, a hostilidade intensa da comunidade cubana de expatriados na Florida vetou as tentativas de qualquer recuperação das relações diplomáticas.

A oportunidade de uma reaproximação dissolveu-se perto do final dos anos setenta, com várias intervenções cubanas por todo o mundo que eram inaceitáveis nos Estados Unidos. Os cubanos enviaram ajuda militar aos comunistas em Angola, e apoiaram os rebeldes da Nicarágua e de São Salvador. E depois veio a embarcação *Marielito*, quando Castro despachou 125000 cubanos "indesejáveis" em barcos para a Florida.

No início dos anos 1990, a administração de George Bush pai começou por usar Guantánamo para albergar os refugiados do Haiti que fugiam da privação no seu país. O Haiti é a ilha caribenha mais próxima de Cuba, apenas a 97 quilómetros a este de distância. Os Estados Unidos esperavam que a condição única da base justificasse uma restrição radical dos direitos legais dos haitianos. Embora o almirante Murphy tivesse candidamente observado que a "Baía de Guantánamo é, de facto, uma pequena parte do território americano," em teoria a base era em território soberano cubano. Se os refugiados forem interditados em alto mar, gozam de menos direitos do que os que conseguem chegar a solo americano. A ideia era de que deter os haitianos na base tornaria as coisas mais fáceis para

os Estados Unidos lhes negar o estatuto de asilo, uma vez que muitos deles queriam ir para a América em busca de uma vida melhor em vez de escapar à perseguição política.

A base atingiu alguma notoriedade quando o serviço de imigração americano invocou o estatuto de 1987 para fazer testes de VIH/SIDA a toda a gente e, quando alguns desafortunados tiveram resultado positivo, 276 foram levados para um "campo de VIH" na base. O seu caso foi levado aos tribunais federais num litígio liderado por Michael Ratner do Center for Constitutional Rights, e um juiz federal declarou a política como ilegal numa severa crítica em 1993.

Infelizmente, mais tarde nesse ano, o Supremo Tribunal repudiou grande parte das decisões do juiz do tribunal distrital, e sugeriu que uma pessoa presa em Guantánamo não podia gozar de tantos direitos como uma pessoa em território continental americano. No entanto, a política tinha sido largamente criticada, e a pressão política conduziu ao fecho do campo de detenção — o último haitiano deixou Guantánamo em Novembro de 1995. Contudo, dez anos depois, foi esta primeira experiência que daria à Administração de George Bush filho a ideia de que uma zona sem lei poderia ser criada em Guantánamo.

No final dos anos 1990, muitos pensavam que a base tinha esgotado a sua utilidade, e que a sua devolução a Cuba faria parte da há muito esperada reconciliação entre os dois países. Mas não seria assim.

A 11 de Setembro de 2001, um desconhecido grupo terrorista chamado al-Qaeda atacou os Estados Unidos. No espaço de um mês, os Estados Unidos e uma coligação internacional deram início à invasão do Afeganistão, e por toda essa região muçulmanos foram levados sob custódia.

As autoridades na base naval de Guantánamo foram avisadas unicamente com três dias de antecedência de que os prisioneiros estavam para chegar, e de que o primeiro avião aterrava em Janeiro de 2002. As primeiras imagens representativas da base mostravam celas abertas em Camp X-Ray, onde os prisioneiros eram mantidos sem quaisquer paredes sólidas, ou instalações sanitárias. A 27 de Fevereiro de 2002, o trabalho começou a criar uma instalação mais consistente, construída à pressa, chamada Camp Delta, que foi inaugurada em Abril de 2002. Era constituído por seis campos — Camp One, Two, Three, Four, Echo e Iguana. Os Campos One-Four estavam divididos nos seus próprios blocos.

Camp Echo era o bloco de isolamento original, onde os prisioneiros eram detidos em solitárias divididas ao meio — dormir num lado, e sair para interrogatório no outro. Desde Agosto de 2004, a maioria das visitas legais têm sido conduzidas lá, embora continue a ser usada para isolar alguns prisioneiros.

Camp Iguana foi usado em 2002/3 para albergar três prisioneiros que tinham menos de 16 anos, e foi encerrado quando eles foram levados de volta ao Afeganistão em Janeiro de 2004. O recinto foi reaberto em meados de 2005 para albergar alguns dos 38 prisioneiros que tinham sido dados como inocentes nos Tribunais de Revisão do Estatuto de Combatente (CSRT) anteriormente nesse mesmo ano.

A primeira instalação permanente e definitiva foi Camp Five, uma prisão de segurança máxima inaugurada em 2004, albergando até cerca de 100 prisioneiros. Camp Six, que originalmente era para ser uma unidade de segurança média, foi modificado para segurança máxima e foi inaugurado em Novembro de 2006, albergando até 178 prisioneiros. Kellog, Brown & Root (KBR), uma subsidiária de Halliburton (conhecida como a companhia gerida pelo vice-presidente Dick Cheney antes das eleições de 2000), foi contratada para proceder ao principal trabalho de construção nestas duas prisões.

Os tribunais militares formais sob estas leis remendadas em conjunto pelo Pentágono em Abril de 2003 são apelidadas de comissões militares. No começo de 2006, apenas dez prisioneiros (1,5 por cento dos prisioneiros que estiveram detidos na base) tinham sido acusados em todo o processo. Nenhum tinha sido levado a julgamento, e o processo foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal em Junho desse ano. A Administração Bush pressionou com sucesso o Congresso para estabelecer um novo (e muito semelhante) processo de comissão militar na corrida às eleições de Novembro de 2006. Em Novembro de 2006, o Exército anunciou planos para construir um novo tribunal de 125 milhões de dólares, mas a oposição do Congresso impediu o Pentágono de simplesmente remeter este dinheiro de outras fontes e, em Março de 2007, a aprovação do Congresso não foi obtida para este propósito.

Muita tinta correu sobre como o centro de detenção viola a lei. Guantánamo parece ser uma cebola com várias camadas de ilegalidade. Os empregados civis desempenham um importante papel no quotidiano da base. Uma grande quantidade de pessoas — primeiramente da Jamaica e das Filipinas — desempenham cada tarefa, desde gerir os alojamentos e os restaurantes a manter o ferry a funcionar. A maioria destes empregados recebe salários abaixo do salário mínimo, alguns tanto como 1,25 dólares à hora. Este problema não é novo. O almirante Murphy escreveu em 1953 que "as actividades navais em Guantánamo tinham abrandado em relação às da América continental no campo das relações industriais. Observou-se (...) que nenhum levantamento sobre os salários tinha sido feito em Guantánamo e que o quadro de salários era pouco ortodoxo e sem dúvida injusto sob muitas formas."

Ainda existem refugiados detidos na base. Em Dezembro de 2006, havia 46 cubanos que tinham fugido de Castro, pedindo asilo. Estão detidos sob condições severas — proibidos de usar o telefone para contactar as suas famílias ou advogados. Um homem foi condenado a 30 dias de detenção em 2006 por tentar telefonar à sua mãe em Cuba no Dia da Mãe. Um outro cumpriu 60 dias por vestir uma t-shirt com as palavras, "Sou um imigrante cubano, preciso de trabalho". Um terceiro cumpriu 90 dias por falar com a imprensa acerca da sua situação.

Os Estados Unidos também violam a concessão inicial de várias maneiras. A base deveria ser uma base naval, para fornecer petróleo aos navios americanos que fazem a patrulha do Caribe. Segundo os termos expressos do acordo, nenhuma empresa privada é permitida na base. Quando o almirante Murphy escreveu esta história em 1953, reparou que a única excepção permitida era a colocação de um cabo privado através do local, e isto só era permitido porque "a Estação de Cabos é na verdade uma estação de reserva entre Nova Iorque, o Panamá e outros pontos, e não opera somente para o lucro da Reserva."

Enquanto o uso da base como uma prisão provavelmente também não encaixa no termo de "base naval", o governo cubano lutaria para encontrar um tribunal que defendesse os seus direitos. Parece pouco provável que a prisão feche antes de o governo americano decidir fechá-la.